



## **A jornada de trabalho e suas possíveis implicações ao trabalho dos professores de anos iniciais da Rede Municipal de Rio Branco - Acre**

The workday and its possible implications for the work of teachers in the early years of the Municipal schools of Rio Branco - Acre

La jornada laboral y sus posibles implicaciones para el trabajo de los docentes en los primeros años de la Red Municipal de Río Branco - Acre

**Soraia Meleiro dos Santos<sup>1</sup>**

*Professora da Rede Municipal de Rio Branco, Rio Branco/AC, Brasil*

**Ednaceli Abreu Damasceno<sup>2</sup>**

*Professora da Universidade Federal do Acre, Rio Branco/AC, Brasil*

Recebido em: 24/03/2020

Aceito em: 24/06/2020



10.34019/1984-5499.2020.v22.30029

### **Resumo**

Este estudo se conformou a partir de uma investigação que teve como objetivo analisar a jornada de trabalho de professores dos anos iniciais da Rede Municipal de Rio Branco e suas possíveis implicações ao trabalho docente. Foram sujeitos do estudo cinquenta professores distribuídos em oito escolas, que responderam a um questionário autoaplicável. Constatou-se que os docentes possuem contratos de trabalho com jornada compatível com a estabelecida no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Magistério de Rio Branco de vinte e cinco horas semanais. No entanto, ao longo da pesquisa, evidencia-se o processo de intensificação da jornada, motivada dentro outros fatores pelo prolongamento da jornada, ocasionada pelo excesso de demandas ligadas à docência, pelo acúmulo de contratos e pelo número de alunos nas turmas.

**Palavras-chave:** Jornada de trabalho. Rede municipal de Rio Branco. Trabalho docente.

### **Abstract**

This study aimed to analyze the workday of teachers in the early years of the Municipal schools of Rio Branco and its possible implications for teaching work. Fifty teachers were distributed in eight schools, who answered a self-administered questionnaire. It was found that the teachers have work contracts with a workday compatible with that established in the Plan of Positions, Career and Payment of the teaching civil servants of Rio Branco for twenty-five hours a week. However, throughout the research the process of intensifying the workday is evidenced, among other factors, due to the extension of the workday caused by the excessive demands related to teaching, the accumulation of contracts and the number of students in the classes.

---

<sup>1</sup> [solmeleiro@hotmail.com](mailto:solmeleiro@hotmail.com)

<sup>2</sup> [ednaceli@yahoo.com.br](mailto:ednaceli@yahoo.com.br)

**Keywords:** Workday. Municipal schools of Rio Branco. Teaching work.

## Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar las horas de trabajo de los docentes en los primeros años de la Red Municipal de Río Branco y sus posibles implicaciones para el trabajo docente. Cincuenta maestros fueron distribuidos en ocho escuelas, quienes respondieron un cuestionario autoadministrado. Se constató que los docentes tienen contratos de trabajo con jornada compatible con el establecido en el Plan de Posiciones, Carrera y Compensación de los funcionarios del Magisterio de Río Branco durante veinticinco horas a la semana. Sin embargo, a lo largo de la investigación, se evidencia el proceso de intensificación de la jornada laboral, provocado por otros factores debido a la extensión de la jornada laboral, causada por las demandas excesivas relacionadas con la enseñanza, la acumulación de contratos y el número de estudiantes en las clases.

**Palabras clave:** Jornada de trabajo. Red municipal de Rio Branco. Trabajo docente.

## Introdução

Conforme Dal Rosso (2010, p. 1), a jornada de trabalho está relacionada ao “tempo gasto pelo indivíduo em atividade laboral durante o dia, semana, mês, ano ou vida”. Na docência, essa atividade, no entanto, não se dá restritamente ao decorrer do tempo dos professores em sala de aula, mas se conforma a partir de diversos aspectos e em diferentes espaços.

O prolongamento da carga horária de trabalho vem sendo evidenciada por autores como Oliveira (2008), Marin (2010), Hypolito, Vieira e Pizzi (2009), dentre outros, como elemento que tem contribuído para o processo de intensificação e consequente precarização do trabalho dos professores no Brasil. Buscando identificar e analisar o contexto da rede municipal Rio branquense, estabeleceu-se a pesquisa que originou este artigo, e que teve como objetivo analisar a jornada de trabalho e suas possíveis implicações ao trabalho docente.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Segundo Lüdke e André (1986), na pesquisa qualitativa há o contato maior do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, dentre outras formas, por meio do trabalho de campo, que permite essa maior interação entre pesquisador e objeto. Conforme Lüdke e André (1986, p. 13), a pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Como instrumento para coleta de dados, optou-se pelo questionário autoaplicável com questões referentes a aspectos como carga horária semanal; trabalho da escola levado para casa; tempo gasto em casa com atividades escolares; tarefas que mais absorvem o tempo na escola; atividades desempenhadas na escola para além das realizadas em sala de aula; percepção sobre possíveis

alterações nas exigências postas ao trabalho docente; situação do contrato de trabalho na escola, número de alunos por turma, dentre outras. Os dados obtidos nos auxiliaram na compreensão sobre a conformação da jornada de trabalho, partindo, sobretudo da percepção dos professores pesquisados. Foram sujeitos da pesquisa 50 (cinquenta) professores, distribuídos em 8 (oito) escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Rio Branco. O presente estudo evidenciou que os docentes possuem contratos de trabalho com jornada que contemplam o estabelecido no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Magistério de Rio Branco de vinte e cinco horas semanais. No entanto, outro aspecto que pode ser evidenciado foi o processo de intensificação da jornada ocasionado, dentre outras razões, pelo prolongamento da carga horária laboral, configurado por fatores como excesso de demandas; cobranças ligadas em grande medida às avaliações externas; acúmulo de contratos; número de alunos nas turmas.

### **A jornada de trabalho docente na Rede Municipal de Rio Branco: percepção dos professores**

No município de Rio Branco, capital do estado do Acre, a carga horária de trabalho dos servidores do município é definida no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores – PCCR, que determina, em seu art. 31, jornada de trabalho docente de até quarenta horas semanais, sendo o limite diário máximo entre quatro e oito horas. O art. 33 determina que os professores da pré-escola e dos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental cumpram vinte e cinco horas de trabalho, distribuídas em vinte horas em sala de aula e cinco horas voltadas às atividades de planejamento (RIO BRANCO, 2017).

Os dados da pesquisa realizada nos indica que os professores participantes do estudo possuem contratos de trabalho com jornada de acordo com o estabelecido no PCCR do município. Partindo disso, buscou-se então averiguar a percepção dos professores quanto a essa jornada de trabalho. Inicialmente, foi solicitado aos docentes que realizassem uma avaliação acerca de sua jornada de trabalho. Nessa avaliação, os docentes poderiam conceituá-la como: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” ou “péssimo”.

Os dados indicaram-nos a seguinte avaliação:

**Tabela 1**  
AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO À CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

Conceito	Frequência	Proporção (%)
Ótimo	4	8%
Bom	28	56%
Regular	12	24%
Ruim	1	2%
Péssimo	2	4%
Não respondeu	3	6%
Total	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Conforme a tabela 1, a maior parcela dos sujeitos avaliou a carga horária de trabalho docente como boa e regular, tendo o menor percentual avaliado como “ruim”.

Solicitamos aos docentes, então, que justificassem a avaliação dada. Os professores que avaliaram a carga horária de trabalho como “bom” ou “ótimo”, destacaram, como principais motivadores das avaliações positivas, o fato de que, segundo eles<sup>3</sup>: a carga horária estabelecida está prevista em lei; porque trabalhando só um horário é possível planejar e preparar as aulas no outro horário, além disso, possibilita buscar outro contrato; é um bom tempo para realização das atividades; em relação à carga horária de outras profissões é razoável.

Em relação às justificativas dadas pelos sujeitos da pesquisa, que avaliam como “regular” a carga horária, percebeu-se certa contradição. A resposta dos professores, mesmo classificando como “regular” esse aspecto, indica certo grau de insatisfação. Observando as justificativas dadas, percebemos que isso se deve, sobretudo, pela “extensão da jornada de trabalho”, uma vez que, segundo os docentes, as horas estipuladas nos contratos não condizem com o real tempo dedicado por eles às suas atividades e demandas relacionadas a docência.

O PCCR do município estabelece que sejam dedicadas cinco horas semanais dos professores às atividades de planejamento. Porém, observou-se por meio das respostas, que, segundo os docentes, eles dedicam horas a atividades ligadas a seu trabalho que não são consideradas em sua jornada contratual. De acordo com Grochoska (2015),

Outra questão referente à jornada está relacionada não apenas à jornada formal, regulamentada nos estatutos, mas sim à jornada de trabalho extra, onde o professor acaba levando trabalhos não concluídos no espaço escolar para realizar em casa, à noite e nos finais de semana. Neste debate entra a questão da hora-atividade do professor [...] (GROCHOSKA, 2015, p. 101).

<sup>3</sup> As condicionantes apresentadas foram retiradas das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa.

Desse modo, a autora defende que a hora-atividade considere o tempo real gasto pelos professores, uma vez que as horas pagas estipuladas nesta hora-atividade não condizem com o tempo realmente gasto pelos docentes.

A hora-atividade, no entanto, deve ser compreendida como um dos elementos da política de valorização do professor, pois interfere tanto na qualidade educacional quanto na qualidade de vida do professor, pois, além de propiciar momentos de planejamento e estudos, ainda se constitui numa alternativa para que o trabalhador não leve para casa atividades que muitas vezes não dá conta devido à quantidade de trabalho a realizar (número de alunos) e isto interfere nas condições de vida, no tempo que passa com a família, que dedica ao lazer, ao esporte, à cultura, entre outros (GROCHOSKA 2015, p. 102).

Nesse sentido, a carga horária, na qual se insere a hora-atividade pode se estabelecer como mecanismo de valorização do trabalho docente. Mas, para que isso se efetive, é necessário considerar não só o tempo dedicado às aulas, ou aos planejamentos. É preciso atentar para as demandas desses sujeitos e o tempo gasto por eles para o cumprimento dessas atribuições.

Quanto aos professores que avaliaram a carga horária como “ruim” ou “péssima”, as justificativas dadas indicam que a avaliação negativa da carga horária deve-se, assim como a anterior, ao fato de que o trabalho dos professores não se encerra na sala de aula, pelo contrário, os docentes costumam levar trabalho para casa, além disso, há também o fator salarial, que não condiz com a demanda de trabalho, o que é contestado pelos sujeitos.

As colocações feitas pelos docentes nos remetem aos estudos de Tardif e Lessard (2005). Ao tratarem sobre a carga de trabalho docente os autores afirmam que:

À noite nos fins de semana, ou nas férias, muitas vezes os professores se ocupam com diversas atividades ligadas a seu trabalho: preparam aulas, deveres de casa, documentação, o material pedagógico e as provas, assumindo ao mesmo tempo, a correção dos trabalhos dos alunos (TARDIF; LESSARD, 2005, p. 135).

Nesse sentido, torna-se explícito, mais uma vez, como as atividades docentes têm se prolongado para além da sala de aula, contribuindo, também, para o processo de intensificação da atividade dos professores interferindo até mesmo na vida pessoal dos sujeitos.

Ao longo da pesquisa realizada, buscou-se identificar como a jornada de trabalho se conforma no cotidiano dos professores para além do exposto ou definido pelo PCCR dos servidores. Dessa forma, procuramos verificar a frequência com que os professores costumam se dedicar, em casa, as atividades ligadas ao seu trabalho.

**Tabela 2**  
FREQÜÊNCIA COM QUE OS PROFESSORES LEVAM TRABALHO DA ESCOLA PARA CASA

Costuma levar trabalho	Frequência	Proporção (%)
Sempre	36	72%
Frequentemente	10	20%
Raramente	4	8%
Nunca	-	-
Não respondeu	-	-
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Como pode ser observado na tabela anterior, 72% dos professores participantes da pesquisa indicaram “sempre” levar trabalho para casa (trinta e seis docentes), enquanto, 20% indicam levar frequentemente (dez docentes). A opção “raramente” foi indicada por 8% dos sujeitos (quatro docentes). Os dados reforçam a constatação já realizada anteriormente acerca do prolongamento da jornada de trabalho dos professores pesquisados, uma vez que eles dedicam horas fora da jornada de trabalho dos contratos a atividades ligadas à docência, sem que ela seja calculada em seus vencimentos. Constatada a frequência do tempo gasto em casa com as atividades docentes, procuramos detectar a dimensão desse tempo, e chegamos aos seguintes percentuais.

**Tabela 3**  
TEMPO GASTO EM CASA EM ATIVIDADES ESCOLARES RELACIONADAS À DOCÊNCIA

Tempo Gasto	Frequência	Proporção (%)
Até 2 horas por semana	2	4%
De 2 a 4 horas por semana	20	40%
De 4 a 6 horas por semana	12	24%
De 6 a 8 horas por semana	9	18%
Mais de 8 horas por semana	7	14%
Não respondeu	-	-
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Os dados nos indicam que a maioria dos sujeitos tem dedicado de duas a quatro horas em casa às atividades relacionadas à docência. Já em menor proporção, está entre os que indicam dedicar até duas horas. Questionados sobre os aspectos que mais absorvem seu tempo nas escolas, 66% dos professores (trinta e três docentes) indicaram que ser as atividades em sala de aula, já 22%, que são as

de manutenção da disciplina dos alunos (onze docentes), e 6% às reuniões pedagógicas (três docentes). Esses percentuais estão expressos abaixo.

**Tabela 4**  
ATIVIDADES QUE MAIS ABSORVEM O TEMPO DOS DOCENTES NAS ESCOLAS

Atividade	Frequência	Proporção (%)
As atividades em sala de aula	33	66%
A manutenção da disciplina dos alunos	11	22%
As reuniões administrativas	-	-
As reuniões pedagógicas	3	6%
Não respondeu	3	6%
Total	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Como já previsto, os professores dedicam a maior parte do tempo às atividades em sala de aula, ao longo do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A manutenção e disciplina dos alunos foram colocadas como o segundo aspecto que mais absorve os tempos dos professores. Além do trabalho desenvolvido nas salas de aula, como pode ser observado, o professor precisa atender a outras demandas da escola, o que requer investimento de tempo e dedicação.

Buscando identificar outras possíveis demandas nas escolas, questionamos os docentes quanto a esse elemento. Foram dadas algumas opções que puderam ser escolhidas por eles. Cabe ressaltar que podiam ser escolhidas mais de uma opção, o que justifica os números do quadro abaixo.

**Tabela 5**  
PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS SEGUNDO AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS

Atividades desempenhadas	Frequência	Proporção (%)
Reuniões de planejamento na escola	43	86%
Reuniões com pais de alunos	40	80%
Cursos de formação continuada na escola	36	72%
Reuniões sobre PDE	5	10%
Reuniões para discutir e elaborar o PPP	5	10%
Reuniões do conselho escolar	4	8%

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

O princípio da gestão democrática na educação estabeleceu a necessidade/requerimento de maior participação da comunidade escolar na gestão da escola (pelo menos em tese), o que resultaria na divisão de responsabilidades e partilha nas decisões relativas à escola e ao processo de ensino e aprendizagem. Segundo Cabral Neto (2012, p. 261), “a gestão democrática supõe o trabalho coletivo em todas as esferas da instituição, compreendida como lugar da aprendizagem”. Nesse sentido, além as atividades ligadas estritamente à docência, os professores passaram a compor outros espaços dentro da escola, assumindo assim outras demandas.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se como o trabalho docente se prolonga para além da jornada de trabalho estipulada nos contratos de trabalho. Como podemos constatar, todos os sujeitos da pesquisa levam atividades do trabalho para casa. Além disso, dedicam tempo, também, a outras atividades nas escolas. Conforme Oliveira (2006), o aumento da jornada de trabalho, dentro e fora dos locais de trabalho, tem sido característico da intensificação do trabalho docente. Segundo a autora, “podemos observar a intensificação do trabalho docente resultante de ampliação da jornada de trabalho e do aumento considerável de responsabilidades que os docentes tiveram com as reformas mais recentes” (OLIVEIRA, 2006, p. 214).

Teixeira (2010) nos chama atenção ao fato de que a docência é composta majoritariamente por mulheres, o que atribui ainda mais peso a esse contexto de intensificação e prolongamento de atividades. De acordo com a autora,

[...] tendo em vista a predominância de mulheres no magistério, sobre as quais ainda recaem, majoritariamente, as tarefas domésticas e da educação dos filhos, constata-se que as professoras têm suas jornadas de trabalho ampliadas, configurando-se a dupla carga de trabalho das mulheres – no lar e fora do lar, podendo levá-las à exaustão, ao adoecimento, entre outros prejuízos e comprometimentos a sua qualidade de vida (TEIXEIRA, 2010, p. 35).

Nesse sentido, percebemos um contexto explícito de intensificação do trabalho destes sujeitos, mulheres, que além da carga de trabalho ligada a docência, ainda precisam lidar com as atividades/trabalho desenvolvidas no contexto familiar, que mesmo com algumas mudanças, ainda recaem majoritariamente sobre as mulheres.



## **Percepção docente acerca de possíveis alterações no seu trabalho que possam acarretar intensificação e prolongamento das atividades docentes**

Oliveira (2008), ao discutir sobre a intensificação do trabalho dos professores, chama atenção para as dimensões que podem compor esse quadro, dentre elas a ampliação da jornada de trabalho e o aumento de responsabilidades.

O aumento da carga horária de trabalho pode se dar em função da atuação dos professores em demandas relacionadas ou não à docência, ou através do prolongamento da jornada por meio da realização de atividades na escola para além da carga horária estabelecida nos contratos de trabalho. Cabe destacar que essa ampliação da jornada acaba não sendo remunerada. O aumento das responsabilidades, segundo Oliveira (2008):

Ocorre na jornada de trabalho remunerada, caracterizando-se, portanto, em estratégias mais sutis e menos visíveis de exploração. Os trabalhadores docentes incorporam ao seu trabalho novas funções e responsabilidades, premidos pela necessidade de responder às exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade (OLIVEIRA, 2008, p. 214).

As novas exigências postas ao trabalho docente acarretam sobre os professores a responsabilidade pela implementação e execução delas, mesmo que não haja condições de trabalho adequadas para isso, ou mesmo uma preparação dos próprios sujeitos.

A pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos, as avaliações formativas: são muitas as novas exigências que esses profissionais são forçados a responder. Sendo apresentadas como novidade ou inovação, tais exigências são tomadas pelos docentes, muitas vezes, como naturais e indispensáveis (OLIVEIRA, 2008, p. 215).

Para Hypolito, Vieira e Pizzi (2009), a intensificação se estabelece, além do aumento da carga horária, pela conseqüente diminuição do tempo de descanso nas jornadas de trabalho; pela falta de tempo para atividades que contribuam para o aperfeiçoamento profissional e requalificação; pelo acúmulo de atividades extraclasse; e pela busca constante para “ganhar” tempo, que pode afetar a qualidade em suas práticas de trabalho. Entretanto, os autores destacam que essas dimensões podem variar, nos diferentes contextos nos quais se efetiva a prática dos professores, podendo contribuir para processos mais ou menos acentuados de intensificação.

Na rede municipal de Rio Branco, os docentes, ao serem questionados sobre possíveis alterações, afirmaram perceber esse movimento de mudanças. Segundo os professores que indicam ter percebido essas alterações, as principais mudanças se conformam em relação ao aumento de cobranças

nos locais de trabalho. As justificativas dadas pelos professores apontam para o aumento de cobranças, relacionadas, em grande medida, aos resultados das avaliações externas, que têm culminado em pressão em cima dos docentes além de terem alterado até mesmo o seu trabalho.

Silva (2017) analisa o posicionamento dos professores dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Rio Branco frente aos impactos das políticas reformistas, que ocasionaram o cenário exposto anteriormente, no trabalho pedagógico. Os dados colhidos junto aos docentes indicam, segundo a autora, que

[...] não é incomum ouvir dos professores que em época de lotação, nas secretarias, nenhum professor quer ficar com 3º (terceiro) ou 5º (quinto) anos, por serem os anos que demandam mais trabalho em virtude das avaliações e definição de rendimentos. Essas avaliações, portanto, incorporaram e intensificaram atividades ao trabalho docente sem considerar as condições em que o professor exerce sua prática, apenas cobrando-o e o culpabilizando pelos resultados. Dentre as atividades que intensificaram o trabalho docente, está a focalização do currículo centrado nas disciplinas de Português e Matemática que passaram a ser o núcleo das avaliações e, por conseguinte, alvo de esforços maiores no ensino por parte dos professores que devem cumprir com todas as orientações pedagógicas desses componentes curriculares, moldando em parte, o trabalho pedagógico (SILVA, 2017, p. 89).

Nesse sentido, o contexto de cobranças e exigências por resultados configura-se como mais uma condicionante que emerge das políticas reformistas pós 1990, que deram relevância central à busca de resultados, expressos, sobretudo, pelas avaliações externas. Silva (2017) reforça, ainda, que esse contexto de cobranças se intensifica ainda mais quando as avaliações se aproximam.

Outra modificação percebida pelos professores no trabalho, especialmente nos períodos de avaliação, diz respeito ao aumento das exigências em termos de resultados escolares [...] pois envolve o reforço de atividades, o aumento do planejamento e o desdobramento do professor em função do aluno com mais dificuldades (SILVA, 2017, p. 91).

As considerações expressas pela autora evidenciam como as políticas reguladoras, com ênfase nas avaliações, têm moldado o trabalho dos professores. Entretanto, o excesso de cobranças pode se configurar como algo positivo para o trabalho dos professores, segundo alguns docentes que participaram de nosso estudo. Observou-se a partir das colocações destes professores que eles já se “adaptaram” de alguma forma ao modelo instalada na rede pública e até mesmo às atividades de cunho mais burocrático, como “elaboração de planilhas”. Além disso, as cobranças se estabelecem, segundo um dos professores, como forma de melhorar a qualificação do trabalho realizado e, conseqüentemente, a formação dos alunos. As colocações feitas pelos docentes não negam a existência de cobranças, pelo contrário, reforçam que elas existem, mas nem todos concebem esse contexto como algo que influi

negativamente. Nas colocações feitas pelos sujeitos se explicitam mais ainda os processos de responsabilização e intensificação aos quais os docentes têm se submetido. Nesse contexto, o professor toma para si a responsabilidade pelas possíveis notas nas avaliações e, buscando bons resultados, prolonga seu trabalho, explicitando a Auto intensificação o modelo performático instalado na atividade docente.

O prolongamento da jornada de trabalho tem sido outro aspecto apontado entre as alterações percebidas. As justificativas dos professores indicam um prolongamento da jornada, sobretudo pelo aumento das formações continuadas, realizadas na Secretaria Municipal de Educação – SEME e nas escolas. Segundo Oliveira e Vieira (2012),

É possível analisar a intensificação tanto em termos quantitativos relacionados ao volume de tarefas, como em termos qualitativos caracterizados pelas transformações da atividade sem o necessário suporte social para acomodar as exigências do trabalho. Nesse processo, observa-se um comprometimento do trabalhador que faz com que assuma para si a responsabilidade pelos resultados do trabalho e da instituição, o que pode ser considerado processo de autointensificação do trabalho. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 174).

As alterações trazidas ao trabalho docente, a partir da reestruturação do sistema educacional, caem de súbito sobre os docentes, sem que haja as adequações necessárias ou melhorias nas condições de trabalho, levando os professores à busca de adaptação mesmo em meio a processos explícitos de precarização de sua atividade.

Silva (2017), ao analisar o contexto de pressões as quais são submetidos os docentes dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Rio Branco, destaca as principais respostas dadas pelos sujeitos a esse contexto.

[...] foi-lhes perguntado quais estratégias utilizam, em sala de aula, em resposta às cobranças, para saber como lidam com a exigência de performatividade que tem esvaziado o aspecto formativo do ensino e, muitas vezes, focado no alcance de índices. Dentre os recursos ou estratégias apontadas há os destaques comuns às falas como os recursos metodológicos, o cumprimento dos planos de aula e ações de questionamento/resistência. De outra forma, específicos nas falas de alguns professores, aparecem o uso de (espécie) de diário de ocorrências e o trabalho em conjunto com outros professores (SILVA, 2017, p. 114).

Deste modo, os professores parecem responder às exigências postas, buscando formas de cumpri-las, como também inferimos por meio de nossos dados. Mesmo discordando em parte, os docentes concebem as exigências como forma de melhorar seu trabalho e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos.

Mais uma vez parece que o professor não tem se preocupado com recursos ou estratégias que lhes permita minimizar sua condição de trabalho, ao contrário, seus recursos vão no sentido de alcançar o que é exigido dele, responsabilizando-se pelo alcance dos resultados e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da demanda de seu trabalho (SILVA, 2017, p. 115).

A autora segue afirmando que há professores que buscam, de alguma forma, questionar a forma como tem se estabelecido seu contexto de trabalho. No entanto, “os elementos de resistência que os professores manifestam não conseguem assumir de fato uma dimensão efetivamente política por todas as condições de formação, de constituição profissional e de regulamentação do trabalho a que esses profissionais estão submetidos (SILVA, 2017, p. 116).

Tanto no estudo realizado por Silva (2017) como em nossa pesquisa, evidencia-se um contexto no qual os professores destacam a situação precária da docência, entretanto, ainda não parecem entendê-la dentro do panorama que tem cada dia mais regulado, defasado e desvalorizado a docência. O movimento seguido pelos professores tem sido, em grande medida, adaptar-se às demandas e segui-las.

#### **Número de contratos e alunos por turma como fator de intensificação do trabalho docente**

O número de contratos e alunos atendidos por turma são elementos que acarretam conseqüências à jornada de trabalho dos professores.

Referente ao número de contratos, a pesquisa realizada na Rede Municipal de Rio Branco evidencia um cenário a qual os professores atuam majoritariamente em mais de um local de trabalho, ou seja, cumprem duplas jornadas, seja na docência ou em outras atividades, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 6**  
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL SEGUNDO AS ATIVIDADES QUE DESEMPENHAM

Exerce outra atividade remunerada	Frequência	Proporção (%)
Não	18	36%
Sim, na Rede Estadual de Ensino	19	38%
Sim, na Rede Municipal de Ensino	3	6%
Sim, na Rede Privada de Ensino	5	10%
Sim, outra atividade	4	8%
Outros	1	2%
Não respondeu	-	-
Total	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

A tabela revela que a maior parte dos professores pesquisados, além de atuar na rede municipal, atua também na rede estadual. O acúmulo de contratos é concebido na literatura como consequência de condicionantes que levam a esse cenário, dentre elas o salário. Segundo Silva e Fernandes (2006), os múltiplos vínculos de trabalho e a consequente ampliação da jornada são algumas das consequências do contexto de baixos salários. Segundo os autores:

Os professores são unânimes em afirmar que o único e grande critério é a necessidade de melhorar a renda familiar, até para poder pagar a gasolina que os transporta de uma escola para a outra, obter complementação salarial para assinar um jornal ou revista, pagar um plano de saúde, ou – a ironia das ironias – pagar a escola particular dos filhos (SILVA; FERNANDES, 2006, p. 25).

De acordo com os autores, frente aos baixos salários e à necessidade de complementação do orçamento, esses trabalhadores têm buscado meios de aumentar seus rendimentos, seja por meio de atividades relacionadas à docência ou em outras. Segundo Oliveira e Vieira (2012, p. 173), “outro fator indicativo da jornada ampliada de trabalho e intensificação do trabalho se refere ao número de unidades educacionais em que o sujeito docente trabalha”.

Quanto ao limite do número de alunos por turma, no estado do Acre, é orientado por meio da Resolução CEE/AC Nº 160/2012. Conforme o artº 13, as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental devem ser compostas por até 25 (vinte e cinco) alunos e as turmas de 3º ao 5º ano, devem respeitar o limite de 30 (trinta) alunos por sala.

Buscamos identificar qual a média de alunos por sala de aula nas escolas dos professores pesquisados. Segundo os dados, 40% dos sujeitos indicam ter na turma um média de 35 (trinta e cinco) alunos (vinte docentes), 36% uma média de 30 (trinta) alunos (dezoito docentes), 20% uma média de 25 alunos (dez docentes) e 4% dos sujeitos não responderam à questão (dois docentes).

**Tabela 7**  
PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
SEGUNDO A MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA

Média dos alunos	Frequência	Proporção (%)
25 alunos	10	20%
30 alunos	18	36%
35 alunos	20	40%
40 alunos	-	-
45 alunos	-	-
Não respondeu	2	4%
Total	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

A maior parcela dos sujeitos, 40%, possui, em sua turma, uma média de 35 alunos (vinte docentes), já o menor percentual, 10%, está entre os docentes que indicam ter uma média de 25 alunos (dez docentes). Como já exposto anteriormente, as orientações dadas através da Resolução CEE/AC Nº 160/2012, as salas de anos iniciais devem ser compostas por no máximo 30 (trinta) alunos. No entanto, como podemos constatar por meio dos dados da tabela, essas orientações não vêm sendo seguidas efetivamente.

Segundo Tardif e Lessard (2005), “de maneira geral, as classes menos numerosas são privilegiadas pelos professores porque sua carga horária torna-se menor e, sobretudo, eles podem dar mais atenção a cada aluno” (TARDIF; LESSARD, 2005, p. 131). Nesse sentido, os professores precisam, no ambiente de trabalho, lidar com uma variedade de sujeitos com ritmos de aprendizagem diferentes, o que requer um esforço cada vez maior do professor. Dessa forma, podemos avaliar que o tamanho das turmas tem relação também com a jornada de trabalho e, conseqüentemente, com a intensificação e prolongamento dela, uma vez que um número maior de alunos requer mais esforços, além de ocasionar uma gama maior de trabalho, como preparação de materiais, elaboração e correção de provas, atividades etc.

Além das questões ligadas ao processo de ensino e aprendizagem do aluno, não devemos desconsiderar a complexidade das relações entre docentes e alunos que, certamente, têm peso para o contexto de trabalho desses sujeitos e se intensificam à medida que a maior parcela dos docentes atuam em duas escolas.

Tardif e Lessard (2005), ao analisarem as “tensões e dilemas” na relação entre professores e alunos, apontam para fatores ligados à falta de motivação dos alunos, dificuldade de concentração, falta de estímulo no ambiente familiar, indisciplina, dentre outros, com os quais o professor precisa lidar em sala de aula.

Mesmo se estabelecendo como um condicionante que impacta o trabalho dos professores, o número de alunos por turma não tem sido um aspecto que tem atraído a atenção, ou sido levado em consideração de forma efetiva. Como afirmam Gouveia et al. (2006), esse contexto tem relação com o fato de que:

Mesmo considerando várias especificidades da oferta que impedem ou permitem maior ou menor proporção de alunos por turma, fica evidente que esta tem sido uma das estratégias, para aumentar o atendimento educacional sem aportar maiores recursos para a sua qualificação, mesmo compreendendo que turmas superlotadas favorecem a queda considerável na qualidade da oferta de ensino e nos processos de ensino e de aprendizagem (GOUVEIA *et al.*, 2006, p. 272).

Nesse sentido, o número elevado de alunos nas turmas interfere no contexto das condições de trabalho e na qualidade do trabalho desenvolvido pelos professores, e apesar disso, se mantém, como forma de economia para o Estado. Como se explicitou em nossos dados, o estabelecimento de uma legislação que determine esse quantitativo não garante necessariamente que a lei seja seguida, ou mesmo, que esses quantitativos sejam os ideais para que seja possível um contexto de trabalho com melhores condições.

### **Considerações finais**

Ao longo deste estudo, conformado a partir de pesquisa realizada com docentes de anos iniciais da rede municipal de Rio Branco/AC, constatou-se que a jornada de trabalho dos professores, determinada legalmente, estabelece uma carga horária inferior a que é dedicada efetivamente pelos docentes ao seu trabalho. Ademais, a jornada de trabalho “legal” desconsidera a gama de aspectos que tem contribuído para a intensificação do trabalho dos professores.

Além das atividades estritamente ligadas ao ensino dos alunos, os professores dedicam tempo a outras demandas dentro e fora das escolas. Nesse sentido, observamos como o trabalho desses professores tem se intensificado, uma vez que, além de desenvolverem o trabalho em sala de aula, eles participam, ainda, de outras atividades nas escolas, como reuniões e formações, tendo também que lidar com outras demandas, como preparação de materiais, elaboração e correção de provas etc.

Frente ao contexto exposto, faz-se necessário que o poder público considere as diversas demandas presentes na jornada destes profissionais e busque meios de contribuir para a diminuição dessa jornada, considerando de fato o tempo que tem sido dedicado pelos professores as atividades docentes.

### **Referências**

ACRE. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. **Resolução nº 160/2012**. Estabelece orientações e procedimentos operacionais gerais para a Educação Básica no âmbito dos Sistemas de Ensino Estadual e Municipais do Acre. Rio Branco, jul. 2012.

CABRAL NETO, Antônio. Gestão democrática: um estudo em escolas de educação básica no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. (Org.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

DAL ROSSO, Sadi. Jornada de trabalho. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; DUARTE, Adriana Maria Cancela; VIEIRA, LÍVIA FRAGA. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG: Faculdade de Educação, 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa *et al.* Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **RBPAE**, v. 22, n. 2, p. 253-276, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/18883>. Acesso em: 07 out. 2019.

GROCHOSKA, Márcia Andreia. **Políticas educacionais e a valorização do professor**: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da UFPR, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 100-112, jul./dez. 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 1986.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; DUARTE, Adriana Maria Cancela.; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG: Faculdade de Educação, 2010. 1 CDROM.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. Trabalho docente na Educação Básica no Brasil: as condições de trabalho. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; VIEIRA, Lívia Fraga. (Org.) **Trabalho na educação básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.2, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 44, p. 209-227, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982006000200011&script=sci\\_abstract&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982006000200011&script=sci_abstract&tIng=pt). Acesso em: 09 out. 2019.

RIO BRANCO. **Lei nº 35/2017**. DOE nº. 12.206, de 22 de dezembro de 2017.

SILVA, Clícia Rodrigues. **O professor dos anos iniciais do ensino fundamental e as reformas educacionais**: implicações na sua atuação política e pedagógica. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, Rio Branco, 2017.

SILVA, Maria Helena Dias da; FERNANDES, Maria José Silva. As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo: mais uma armadilha das reformas educacionais neoliberais? *In*: SEMINÁRIO DA REDESTRADO: Regulação educacional e trabalho docente, 6, 2006, Rio de Janeiro, 2006. **Anais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Carga horária de trabalho. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancela; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG: Faculdade de Educação, 2010. 1 CDROM.